

<p>☆ continuação</p> <p>CAIXA SEGURADORA S.A. CNPJ: 34.020.354/0001-10</p> <p>Parecer dos Auditores Atuais Independentes</p>	
<p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p>Opinião</p> <p>Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p> <p>Outros Assuntos</p> <p>No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em</p>	<p>nosso trabalho são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p> <p>São Paulo, 25 de fevereiro de 2019</p> <p>PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo - SP - Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105</p> <p>Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729</p>
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p>	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Caixa Seguradora S.A.</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</p> <p>A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras</p> <p>A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p>	<p>Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 25 de fevereiro de 2019</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5</p> <p>Luiz Antonio Fossa Contador CRC 1SP196161/O-8</p>

(*N) da Coejo: Republicado por ter saído no DOU de 27-2-2019, Seção 3, páginas 130 a 136, com falha de montagem.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Valores expressos em Milhares de Reais)

Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2016 (Reapresentado)	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2016 (Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	84.298	127.109	Fornecedores	11	32.363	46.708
Clientes	5	8.606	6.790	Salários e encargos sociais	12	2.704	4.043
Estoques	6	1.715	2.097	Obrigações fiscais	13	315	523
Adiantamento a terceiros	7	237	645	Provisão para contingências	14	319	357
Impostos e tributos a recuperar	8	4.875	8.401	Contrato de Gestão	15	3.359	1.421
Outros créditos		106	286	Adiantamento de Clientes	16	658	1.425
		<u>99.837</u>	<u>145.328</u>			<u>39.718</u>	<u>54.477</u>
			<u>256.440</u>				<u>82.908</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	9	18.548	15.713	Fornecedores	11	1.532	3.235
Impostos e tributos a recuperar	8	5.395	859	Adiantamento de Clientes	16	-	-
Imobilizado próprio	10	10.155	12.037	Provisão para contingências	14	7.615	3.610
Imobilizado cedido	10	1.595	3.634	Obrigações com Entidades Governamentais	17	8.006	8.745
		<u>35.693</u>	<u>32.243</u>			<u>17.153</u>	<u>15.590</u>
			<u>19.474</u>				<u>9.191</u>
							<u>27.394</u>
				Patrimônio Social			
				Superávit acumulado		107.504	165.612
				Déficit do período		(28.845)	(58.108)
						<u>78.659</u>	<u>107.504</u>
							<u>165.612</u>
		<u>135.530</u>	<u>177.571</u>			<u>135.530</u>	<u>177.571</u>
			<u>275.914</u>				<u>275.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita Líquida	18	105.143	176.936
Custos	19	(55.875)	(107.871)
Superávit bruto		<u>49.268</u>	<u>69.065</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	19	(38.524)	(52.263)
Utilidades e serviços	19	(11.528)	(22.823)
Despesas gerais	19	(23.317)	(61.572)
Outras receitas e despesas	20	(1.739)	-
		<u>(75.108)</u>	<u>(136.658)</u>

Resultado antes da receitas e despesas financeiras	(25.840)	(67.593)
Despesas e receitas financeiras, líquido	(3.005)	9.485
Superávit / Déficit líquido do exercício	(28.845)	(58.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(28.845)	(5 8.108)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		(28.845)	(5 8.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10.759	171.008	-	181.767
Ajustes de integralização do patrimônio social		(10.759)	-	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores		-	2.540	-	2.540
Déficit do exercício		-	(7.936)	-	(7.936)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		-	165.612	-	165.612
Ajustes de integralização do patrimônio social		-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-
Déficit do exercício		-	-	(58.108)	(58.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		-	165.612	(58.108)	107.504
Ajustes de integralização do patrimônio social		-	-	-	-
Déficit do exercício		-	-	(28.845)	(28.845)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	165.612	(86.953)	78.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(28.845)	(58.108)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Despesas de Depreciações e Amortizações		4.123	4.671
Variações nos ativos			
Aumento/redução de clientes		(1.816)	117.577
Aumento/redução de estoques		382	42
Aumento/redução de adiantamento de terceiros		408	230
Aumento de tributos a recuperar		(1.010)	(3.946)
Aumento/redução de outros créditos		180	(7)
Aumento/redução Depósitos Judiciais		(2.835)	(15.085)
Variações nos passivos			
Aumento/redução de fornecedores		(10.882)	(31.094)
Aumento/redução de salários e encargos sociais		(1.339)	(576)
Aumento/redução de obrigações fiscais		(208)	(6)
Aumento/Redução de adiantamento de clientes		(767)	(8.559)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		(42.609)	5.139
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições de imobilizado e intangível, líquidas		(202)	(1.496)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		(202)	(1.496)
Aumento/Diminuição nas disponibilidades		(42.811)	3.643
Saldo Final de Disponibilidades	2.16	127.109	123.466
Saldo Inicial de Disponibilidades		84.298	127.109
Aumento/Diminuição nas disponibilidades		(42.811)	3.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018. (Valores expressos em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53, com estatuto social ratificado pelo Conselho de Administração, e registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, neste distrito, mediante as autenticações n.º 000082416, 000082415 e 000087661, respectivamente. Entre as finalidades e os objetivos sociais deste Centro, destacam-se o fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico e institucional.

O CEBRASPE é qualificado como Organização Social - OS, pela Presidência da República, por meio de Decreto nº 8.078 de 19 de agosto de 2013, sendo posteriormente firmado o Contrato de Gestão de nº 01, datado de 18 de fevereiro de 2014 com o MEC (órgão supervisor) e outras alterações, com a intervenção da Fundação Universidade de Brasília (FuB/UnB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, observando o disposto no art. 5º da Lei 9.637/98.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: as demonstrações financeiras em consonância com as práticas contábeis desenvolvidas no Brasil, segundo à Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta administração.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as inúmeras formas de avaliações empregadas sobre as estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas por fatores objetivos e subjetivos, como base de conhecimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens suscetíveis de registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade de riscos contingenciais na determinação das despesas, quando admissível. A adoção das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras está delimitada a seguir. As definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: os itens inseridos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações desta entidade estão apresentadas em "de reais", ou melhor, a moeda funcional e a de apresentação.

2.3 Caixa e equivalente de caixa: são recursos financeiros de liquidez imediata, englobando os dispêndios com obrigações de curto e longo prazos, a obtenção de ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e os faturamentos auferidos, além de outros compromissos administrativos previstos orçamentariamente. Para isso, é necessário atender a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Contas a Receber: a rubrica "contas a receber" está inserida os valores efetivamente faturados e apresentados à valores de realização. Quando necessário, constitui-se as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) com base na evolução histórica do inadimplemento com os clientes contratados e considerada suficiente para a expectativa de perdas nas realizações de créditos.

2.5 Estoques: os estoques são avaliados pelo valor de custo, sendo que a despesa consumida é reconhecida pela média ponderada.

2.6 Imobilizado: o valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado escritura-se pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que as taxas anuais são resultantes da vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização no valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item do imobilizado é baixado de seu controle patrimonial pela alienação ou quando não satisfizer os benefícios econômicos futuros resultantes da sua utilização. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível ou intangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período quando for desativado. Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando a situação permitir ou requerer.



2.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a elaboração das demonstrações financeiras em harmonia com as convenções contábeis brasileiras, recomenda que esta administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As classes contábeis do ativo e do passivo admitem valores residuais em: ativo imobilizado, perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados aos benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas apontadas. O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras alusivo às entidades sem fins lucrativos exigem a utilização de instrumentos legais técnico-científicos concernentes aos valores apurados no ativo, passivo, despesa e receita indicados em demonstrações e notas explicativas.

2.8 Instrumentos financeiros básicos: ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado em: investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, empréstimos bancários, contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Entre os tipos de ativos financeiros presentes neste Centro incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras em renda fixa e os direitos creditórios contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: o Cebraspe avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumida.

Passivos financeiros: as obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, das quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

Instrumentos derivativos: o Cebraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, perante as Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de produtos bancários com vistas a almejar ganhos financeiros vinculados a esse tipo de instrumento.

2.9 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os recursos financeiros alocados ao Contrato de Gestão estão depositados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se a movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro na custódia dos valores repassados, subsequentemente, será concedida a sua realização por intermédio do cumprimento das metas fixadas pelo órgão supervisor, mediante cláusulas oitava do instrumento vigente.

2.10 Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações vencíveis até o exercício social seguinte foram escrituradas no grupo do passivo circulante. Nesse grupo destaca-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e décimo terceiro salário incorridos. Assim também, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizaram-se de valores conhecidos ou calculáveis.

2.11 Provisões: diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades estimadas, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento contábil a fim de tornar expresso no patrimônio as hipóteses e as perspectivas dessas obrigações litigadas em juízo, caso se realize futuramente.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: o Cebraspe é parte demandada em processos cíveis e trabalhistas. As provisões são constituídas, contabilmente, para dar conhecimento à administração, cuja probabilidade de ocorrência é provável, ora em curto prazo, ora em longo prazo, reduzindo economicamente o seu patrimônio por intermédio do valor da causa pleiteado pela parte autora. Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo reclamante a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questiona-se a integridade e a validade dos atos, tanto os vinculantes aos editais de eventos - os quais são prévia e expressamente aprovados pelos nossos contratantes - quanto à execução física dos certames, seja em sua parte teórica, de aptidões físicas e consequentemente de resultados. Os riscos trabalhistas demandados advêm de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não realizados naquele período laborado ou outras questões vinculadas às atividades exercidas e executadas durante o período de contratação vigente.

2.12 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: em referência aos demais ativos integrantes do balanço patrimonial, é provável que o benefício econômico futuro seja alcançado com segurança. A medida que um passivo inserido no balanço possua uma obrigação legal ou constitua-se como resultado de um evento passado, é razoável que o recurso financeiro esteja disponível para liquidação. As apropriações são escrituradas pelas estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados e controlados no circulante quando a sua realização ou liquidação efetivar-se nos próximos doze meses, caso contrário, serão alocados no não circulante.

2.13 Tributação: em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, denominada Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, no tocante ao desenvolvimento educacional e de pesquisa, é plenamente cabível a imunidade tributária, a exceção do ISS, pendente de sentença judicial ajuizada. Caso o enquadramento fiscal não fosse alcançado, as receitas oriundas da prestação de serviços estariam sujeitas à tributação sobre o faturamento, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	2,00%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%

A alíquota incidente do ISS encontra-se expressa em legislações municipais específicas, isto é, no local da prestação de serviço ocorre o fato gerador. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas associam-se ao regime tributário da não-cumulatividade. Nesse contexto, a base de cálculo é caracterizada em função do faturamento emitido e de outros ganhos que estejam vinculados aos respectivos fatos geradores das obrigações tributárias. A tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incidem sobre o lucro líquido, uma vez que o montante da receita bruta anual auferida vinculará ao regime de tributação pelo lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas (isentas, dedutíveis e indedutíveis), necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, aplica-se sobre a base de cálculo a alíquota de 15% e, excepcionalmente, o adicional de 10% caso os lucros líquidos anuais excedam em R\$ 240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Na CSLL adota-se, tão somente, a alíquota de 9%.

2.14 Apuração do Superávit ou Déficit: é o resultado apurado no confronto das receitas, dos custos e das despesas, no período em análise, segundo o princípio contábil da competência, ocasionando superávit ou déficit econômico. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 00 (CPC n.º 00), a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que por sua vez impactam em acréscimos no patrimônio social e que não estejam relacionados com a contribuição dos associados dos instrumentos patrimoniais. Por outro lado, os custos e as despesas, são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saídas de recursos financeiros, da redução de valor de ativos ou assunção de passivos, que resultem em diminuição do patrimônio social.

2.15 Reconhecimento de Receitas: as receitas são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receita de venda de serviços: a receita de venda de serviço é reconhecida no resultado somente após a efetiva prestação dos serviços. O Cebraspe considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação o Cebraspe considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

Contraprestação variável: se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Cebraspe estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos possuem cláusulas que dá origem a contraprestação variável.

2.16 Demonstração do fluxo de caixa (DFC): a DFC expressa no art. 176, IV, da Lei nº 6.404/76, combinada com o CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade de geração de caixa ou equivalentes de caixa, tanto quanto as necessidades de utilização desses recursos financeiros, em um determinado período.

3 REAPRESENTAÇÃO: após a autorização da Administração para reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram tomados procedimentos, indispensáveis, para ajustamento e reclassificação contábil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, além das indicações comparativas e dos erros apontados, visando a boa técnica contábil na apresentação das demonstrações financeiras do exercício social de 2018. Os referidos ajustes são os seguintes:

	31/12/2016 (apresentado originalmente)	Ajuste	31/12/2016 (reapresentado)
Ativo			
Circulante	283.026	(26.586)	256.440
Caixa e equivalente de caixa	123.466	-	123.466
Clientes	150.953	(26.586)	124.367
Estoques	2.139	-	2.139
Adiantamento a terceiros	875	-	875
Tributos a recuperar	5.314	-	5.314
Outros créditos	279	-	279
Não circulante	19.474	-	19.474
Depósitos judiciais	628	-	628
Tributos a recuperar	-	-	-
Imobilizado próprio	12.985	-	12.985
Imobilizado cedido	5.861	-	5.861
Total	302.500	(26.586)	275.914
Passivo			
Circulante	82.908	-	82.908
Fornecedores	76.398	-	76.398
Salários e encargos sociais	4.619	-	4.619
Obrigações fiscais	529	-	529
Provisão para contingências	77	-	77
Contrato de Gestão	1.285	-	1.285
Adiantamento de Clientes	-	-	-
Não circulante	27.394	-	27.394
Fornecedores	2.673	-	2.673
Adiantamento de Clientes	9.984	-	9.984
Provisão para contingências	5.546	-	5.546
Obrigações com Entidades Governamentais	9.191	-	9.191
Patrimônio Líquido	192.198	(26.586)	165.612
Superávit acumulado	173.548	-	173.548
Déficit do exercício	18.650	(26.586)	(7.936)
Total	302.500	(26.586)	275.914



(a) Com o propósito de uniformizar os gastos dispendidos com a expectativa da receita auferida condicente ao instrumento contratual ENEM nº 12/2016. Nessa regra, avaliou-se a perspectiva de ingressos de recursos em R\$ 117.345 mil, com exclusão de R\$ 26.586 mil por consequência do indeferimento clausulado disposto pelo contratante.

	31/12/2017 (apresentado originalmente)	Ajuste	31/12/2017 (reapresentado)
Ativo			
Circulante	171.914	(26.586)	145.328
Caixa e equivalente de caixa	127.109	-	127.109
Clientes (a)	33.376	(26.586)	6.790
Estoques	2.097	-	2.097
Adiantamento a terceiros	645	-	645
Tributos a recuperar	8.401	-	8.401
Outros créditos	286	-	286
Não circulante	32.243	-	32.243
Depósitos judiciais	15.713	-	15.713
Tributos a recuperar	859	-	859
Imobilizado próprio	12.037	-	12.037
Imobilizado cedido	3.634	-	3.634
Total	204.157	(26.586)	177.571
Passivo			
Circulante	54.477	-	54.477
Fornecedores	46.708	-	46.708
Salários e encargos sociais	4.043	-	4.043
Obrigações fiscais	523	-	523
Provisão para contingências	357	-	357
Contrato de Gestão	1.421	-	1.421
Adiantamento de Clientes	1.425	-	1.425
Não circulante	15.590	-	15.590
Fornecedores	3.235	-	3.235
Adiantamento de Clientes	-	-	-
Provisão para contingências	3.610	-	3.610
Obrigações com Entidades Governamentais	8.745	-	8.745
Patrimônio Líquido	134.090	(26.586)	107.504
Superávit acumulado	192.198	(26.586)	165.612
Déficit do exercício (a)	(58.108)	-	(58.108)
Total	204.157	(26.586)	177.571

(a) Com o propósito de uniformizar os gastos dispendidos com a expectativa da receita auferida condicente ao instrumento contratual ENEM nº 12/2016. Nessa regra, avaliou-se a perspectiva de ingressos de recursos em R\$ 117.345 mil, com exclusão de R\$ 26.586 mil por consequência do indeferimento clausulado disposto pelo contratante.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários a vista - sem restrição	177	12
Depósitos bancários a vista - com restrição	1.702	-
Aplicações financeiras - sem restrições	80.760	125.438
Aplicações financeiras - com restrições	1.659	1.659
	84.298	127.109

Os recursos financeiros disponíveis em curto prazo estão alocados em bancos conta movimento e em aplicações financeiras. Os investimentos em aplicações financeiras convencionado com as Instituições Financeiras proporcionaram condições mercadológicas aceitáveis para auferir rendimentos e possibilitar oportunamente o resgate de valores quando necessário. Os "depósitos e as aplicações financeiras com restrições" provêm de repasses firmados com o Ministério da Educação - MEC, por intermédio do Contrato de Gestão nº 01/2014.

5 CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2016 (Reapresentado)
Duplicatas a receber bruto	35.454	47.701	141.359
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(26.848)	(40.911)	(16.992)
	8.606	6.790	124.367

Versam sobre os direitos creditícios consignados no balanço patrimonial, decorrentes da importância contratual auferida na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos sucedidos naquelas ocasiões. Por outro lado, existem circunstâncias razoáveis para minimizar, parcialmente, a PECLD, visto que esses devedores são credores em outras relações contratuais firmadas com esta entidade, isto é, estabelecer a remissão de direitos e obrigações recíprocos entre as partes dessa relação jurídica. A seguir, listam-se os valores provisionados por escalonamento temporário, cuja insolvabilidade determina que:

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2016 (Reapresentado)
A vencer	6.303	-	98.277
Vencidos			
Até 30 dias	1.845	5.798	2.417
31 a 60 dias	-	69	220
61 a 90 dias	458	655	627
91 a 120 dias	-	-	78
121 a 150 dias	-	231	6.004
151 a 180 dias	-	-	1.100
Acima de 180 dias	26.848	40.948	32.636
Contas a Receber - Bruto	35.454	47.701	141.359
PECLD	(26.848)	(40.911)	(16.992)
Contas a Receber - Líquido	8.606	6.790	124.367

Em suma, a movimentação de PECLD, em 31 de dezembro de 2018, revela-se, sinteticamente, que:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(40.911)
Adições	(1.221)
Reversões	15.284
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(26.848)

6 ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Almoxarifado	1.715	2.097
	1.715	2.097



Evidenciam-se as aquisições de materiais de expediente e de limpeza para uso interno ou para proveito na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos.
7 ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a terceiros	237	645
	<u>237</u>	<u>645</u>

São antecipações de valores para aquisição de bens e serviços, cuja concretização se dará oportunamente, mediante comprovação documental.
8 IMPOSTOS E TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	16	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	15	1
IRRF retido na fonte	64	64
ISS retido na fonte	9.224	8.230
IR s/ Aplicação Financeira	859	859
PCC Retido na Fonte	63	63
	<u>10.270</u>	<u>9.260</u>
Circulante	4.875	8.401
Não circulante	5.395	859

Embora este Centro seja possuidor da isenção tributária federal e, paralelamente, esteja pleiteando juridicamente a imunidade tributária, ainda assim ocorrem retenções tributárias federais e municipais pelos tomadores de serviços em razão do faturamento emitido. Dessa forma, a depender do órgão de administração tributária federal, aguarda-se a deliberação administrativa a respeito do requerimento expedido, que versa sobre o ressarcimento pecuniário dos créditos tributários indevidos. De outra parte, na seara distrital, o ISS dos valores retidos tributariamente pelo contratante, somente será convertido em benefício fiscal, caso o instrumento jurídico-processual litigado seja favorável.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósito Judicial	121	16
Depósito Judicial - Tributário	17.751	15.396
Depósito Recursal	673	297
Bloqueio Judicial	3	4
	<u>18.548</u>	<u>15.713</u>

São valores depositados e consentidos pelo juízo competente a fim de tornar expressa, transitoriamente, na lide processual, a expectativa do direito requerido pela parte autora. O reclamado poderá obter o ressarcimento ou indenizar o reclamante, a depender da sentença magistral. Neste ínterim, ocorreram sucessivos desembolsos relativos as demandas jurídicas de naturezas trabalhista, cível e tributária. Relativamente à matéria tributária, buscou-se suporte na opinião de renomados juristas sobre o tema. A ação movida por este Centro, se propondo a se estabelecer como Instituição de Educação, segundo consta no art. 150, VI, "c" da Constituição Federal, já alcança a fase de discussão do mérito, porém é de se dizer que somos qualificados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, contribuinte do ISS. Por consequência, na atualidade, sem que este Centro desconsidere a exigibilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias acessórias e principal, realizou-se, periodicamente, o recolhimento do imposto sobre o faturamento auferido, por intermédio de depósito judicial, em atendimento aos meandros processuais, bem como valendo-se das disposições legais abrangidas no fato gerador do imposto. Em suma, a prevenção surge em razão de inibir o Fisco local de qualquer procedimento voltado a punir este contribuinte, mediante à instituição do crédito tributário associado com o lançamento tributário, visto que o art. 151, II, do Código Tributário Nacional (CTN), estabelece entre as condições para suspensão do crédito tributário, o depósito do seu montante legal.

10 IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é composto em função do valor contábil dos bens, ou seja, o custo de aquisição subtraído da depreciação acumulada

	Taxa - %	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Ativo Imobilizado - próprio						
Móveis e utensílios	10%	344	5	-	(48)	301
Máquinas e equipamentos	10%	2.655	166	-	(323)	2.498
Equipamentos de informática	20%	8.331	918	-	(2.754)	6.495
Edificações e Instalações	4%	87	-	-	(3)	84
Veículos	10%	-	131	-	(2)	129
Imobilizações em Andamento		620	29	-	-	649
		<u>12.037</u>	<u>1.249</u>	<u>-</u>	<u>(3.130)</u>	<u>10.156</u>
Ativo Imobilizado - cedido						
Móveis e utensílios	10%	698	-	(125)	(162)	411
Máquinas e equipamentos	10%	1.978	-	(489)	(425)	1.064
Equipamentos de informática	20%	869	-	(103)	(647)	119
Veículos	20%	89	-	(23)	(66)	-
		<u>3.634</u>	<u>-</u>	<u>(740)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>1.594</u>
		<u>15.671</u>	<u>1.249</u>	<u>(740)</u>	<u>(4.430)</u>	<u>11.750</u>

O subgrupo contábil "Ativo imobilizado - próprio" são bens tangíveis e intangíveis utilizado nas atividades de expediente, visando expandir os seus benefícios econômicos. Periodicamente, as despesas de depreciação e amortização desses bens são reconhecidas, em virtude do uso funcional, segundo os coeficientes percentuais previstos na legislação tributária. De maneira idêntica, o "Ativo imobilizado - cedido" compõem-se dos bens tangíveis e intangíveis de propriedade da Fundação Universidade de Brasília (FUB), mas sob a posse deste Centro para uso nas atividades operacionais. O aumento dos benefícios econômicos envolve o uso concomitante desses bens para atendimento das demandas setoriais. Além do que, os seus saldos são reduzidos economicamente na medida em que foram depreciados ou amortizados funcionalmente.

11 FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores circulante	32.363	46.708
Fornecedores não circulante	1.532	3.235
	<u>33.895</u>	<u>49.943</u>

Aos fornecedores do grupo circulante são caracterizados os compromissos, de curto prazo, atinentes ao consumo de bens e serviços voltados à organização e à preparação de eventos ou concursos públicos, como também na manutenção das demais atividades gestoras acerca dos dispêndios laborais e outras despesas previstas orçamentariamente. Já os fornecedores do grupo não circulante, restringe-se, exclusivamente, àquelas obrigações pendentes de pagamento aos terceiros contratados envolvidos na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos, os quais não efetivaram o direito de saque no momento oportuno. À vista disso, esta entidade manterá os recursos disponíveis nessa rubrica até que o prestador de serviço solicite tal direito, observados as resoluções prescritivas inerentes à obrigação de fazer previstas no Código Civil vigente.

12 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões trabalhistas	2.704	4.043
	<u>2.704</u>	<u>4.043</u>

São as exigibilidades laborais apropriadas aos colaboradores celetistas e aos servidores requisitados da Administração Pública Federal. Ressalta-se que as remunerações fixadas aos colaboradores celetistas estão em consonância com o acordo coletivo vigente, bem como as demais disposições trabalhistas expressas, previstas orçamentariamente. Ademais são reconhecidas, mensalmente, as estimativas de férias, 13.º salário e seus encargos sociais na proporção de 1/12.

13 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações fiscais	315	523
	<u>315</u>	<u>523</u>

São as retenções de tributos e encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços contratados e realizados, com o desembolso financeiro em favor dos Órgãos de Administração Pública Tributária competente.

14 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões cíveis	776	632
Provisões trabalhistas	7.158	3.335
	<u>7.934</u>	<u>3.967</u>
Circulante	319	357
Não circulante	7.615	3.610
	<u>7.934</u>	<u>3.967</u>

As provisões para riscos de natureza cível e trabalhista constituídas e agrupadas, continuamente, em curto e longo prazos, decorrem de demandas jurídicas interpostas pelas partes reclamantes opostas a este Centro. Com efeito, as estimativas de gastos são registradas contabilmente nas demonstrações financeiras, ao passo que a probabilidade de insucesso na defesa das ações jurídicas seja aparente e demande recursos para suprimento.



15 CONTRATO DE GESTÃO

É o acordo firmado com o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, responsável pelos repasses financeiros mediante a fixação de plano de trabalho e de metas para com este Centro. Os aportes de recursos são controlados, de modo segregado, em rubricas distintas, a fim de tornar célere as movimentações financeiras e, concomitantemente, atender o órgão supervisor por intermédio das prestações de contas planejadas.

16 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de Clientes	658	1.425
	<u>658</u>	<u>1.425</u>

São as arrecadações das taxas de inscrições expressas nos editais dos concursos públicos e dos eventos proferidos, controlados nessa rubrica, e, posteriormente, demonstradas aos contratantes por meio da prestação de contas e da emissão do documento fiscal subordinado.

17 OBRIGAÇÕES COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Refere-se ao compromisso estimado oriundo da cessão onerosa de bens tangíveis e intangíveis, pertencentes à Fundação Universidade de Brasília - FUB, contidos em proposta para concepção de instrumento contratual, sujeito à ratificação de aceite das partes.

18 RECEITAS

	31/12/2018	31/12/2017
Receita	107.303	208.820
Serviços Cancelados	(2.160)	(31.884)
	<u>105.143</u>	<u>176.936</u>

São os ingressos de recursos obtidos na contratação com terceiros, de acordo com a prestação de serviços realizada, na organização e na preparação de eventos ou concursos públicos, em cumprimento aos objetivos estabelecidos no Estatuto Social.

19 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de autônomos	(35.661)	(85.532)
Demais custos	(20.214)	(22.339)
Pessoal	(38.524)	(52.263)
Utilidades e serviços	(11.528)	(22.823)
Despesas gerais	<u>(23.317)</u>	<u>(61.572)</u>
	<u>(129.244)</u>	<u>(244.529)</u>
Custos	(55.875)	(107.871)
Despesas Operacionais	<u>(73.369)</u>	<u>(136.658)</u>
	<u>(129.244)</u>	<u>(244.529)</u>

O gasto dispendido, nas rubricas contábeis de custos e despesas, comparativamente, apresentou redução econômica ponderada. Salienta-se nessa análise, dispêndios com a organização de concursos e eventos e suporte as atividades "meio" deste Centro, atendidos os preceitos orçamentários anteriormente aprovados.

20 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2018
Serviços Prestados TJDFT e ENEM / Rescisões contratuais	(a) (319)
Contrato de gestão - atualização financeira	(b) (239)
Devolução Faturamento - avaliação SDS/PE	(c) (1.515)
Indeferimento - avaliação Delegado PC/GO	(d) (496)
Ressarcimento Apólice Seguro - avaliação ENEM	(e) 480
Locação Bens Móveis	(f) 550
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(200)</u>
	<u>(1.739)</u>

Compreendem outras operações auferidas e assumidas por esta entidade, durante este exercício social, assinalados nessas demonstrações financeiras, a fim de estabelecer conformidade com os pronunciamentos contábeis vigentes, indicando entre os principais fatos contábeis:

- A fixação de perdas financeiras, em R\$ 319 mil, relativas ao não ressarcimento de valores pecuniários pelos prestadores de serviços e pelos colaboradores temporários a este Centro, em função do pagamento indevido na realização dos concursos do TJDFT e do ENEM e das rescisões contratuais, acontecidas em 2016;
- O estorno das despesas e receitas financeiras oriundas dos repasses recebidos, em R\$ 239 mil, de exercícios anteriores, pertencentes ao convênio firmado com o MEC;
- A constituição de glosa requerida pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS/PE), em 2016, ocasionada pelo montante arrecadado obtido no evento em relação aos gastos operacionais incorridos, e, por conseguinte, motivando o ressarcimento pecuniário de R\$ 1.575 mil;
- A devolução financeira de R\$ 496 mil, decorrente do indeferimento ocorrido na organização e na aplicação de provas do concurso para Delegado da Polícia Civil do Estado de Goiás, em 2016;
- Indenização financeira de R\$ 480 mil, proveniente de sentença favorável postulada em juízo, concernente a ação protocolada referente ao dispêndio com seguro vinculado, restritivamente, ao fornecimento de mão-de-obra especializada na organização do ENEM/2014;
- A locação de bens móveis próprios para outras entidades, em 2018, no valor de R\$ 550 mil.

ADRIANA RIGON WESKA
Diretora-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

RODRIGO SOUZA MARTINS
Contador CRC/DF n.º 027.939/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF
Conclusão com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE ("Centro") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O déficit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em 08 de fevereiro de 2017, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria com opinião com modificações sobre as demonstrações financeiras do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, o Centro identificou alguns erros em suas demonstrações financeiras de 2017 e 2016 e decidiu pela reapresentação dessas em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Assim, os valores, consolidados, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em função da relevância dos ajustes, estamos reemitindo, nesta data, a nossa opinião com modificações sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, em 31 de dezembro de 2017, bem como as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conforme descrito na nota explicativa 10, a Fundação Universidade de Brasília - FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018. O Centro não efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados em 31 de dezembro de 2018.

Conforme apresentado na nota 8, em 31 de dezembro de 2018 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 10.270 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação daqueles valores naquela data. As demonstrações financeiras apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Centro.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Centro. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Centro a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

TATICA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

São Paulo (SP), 18 de janeiro de 2019.
ADERBAL ALFONSO HOPPE
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a interveniência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB), reforçando as finalidades definidas em seu estatuto. Em 2018, foram realizadas diversas reuniões técnicas entre o Cebraspe, o Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB). O trabalho resultou na celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº01/2014, que tem por objeto assegurar a continuidade do fomento das atividades previstas no Contrato de Gestão, mediante o repasse de recursos financeiros para o Cebraspe, a reprogramação de saldo financeiro e a retirada do Inep como interveniente do referido Contrato. O repasse de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), em dezembro de 2018, visa o desenvolvimento de atividades em três linhas de ação: avaliação de materiais, livros e tecnologias educacionais vinculados ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); avaliação da implementação do Programa de Inovação Educação Conectada; e contribuir para avaliação de políticas públicas de Educação Superior. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é resultado do somatório do saldo remanescente de 2017, o repasse retro mencionado e a receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2018. Histórico dos valores do Contrato de Gestão: 1) Saldo do exercício anterior: R\$ 1.658.548,15; 2) Repasse recebido: R\$ 1.700.000,00; 3) Receita financeira líquida: R\$ 279,95; 4) Saldo em 31 de dezembro de 2018: R\$ 3.352.828,10.

ADRIANA RIGON WESKA
Diretora-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e
Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

RODRIGO SOUZA MARTINS
Contador CRC/DF nº 027.939/O-2

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

EXTRATO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº. 13.0002.00/2012

Custo do Projeto: R\$ 1.835.088,00
Local de Realização do Projeto: MT e MS
Data de assinatura do TP: 29 de Dezembro de 2012
Início do Projeto: Dezembro de 2012
Término: Março de 2018

Objetivos: Continuidade ao projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental", visando à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, a formação de recursos humanos e o apoio a tomada de decisão para a definição de políticas públicas.

Resultados alcançados: As pesquisas realizadas com o apoio do MCTIC possibilitaram: 1- contribuições para as políticas públicas, com destaque para parecer técnico científico enviado ao MPF referente a proposta de lei nº 750/2011 - Lei do Pantanal; recomendação técnica ao MP de MT referente aos impactos de drenagens no Pantanal; participação no Grupo de Trabalho-GT para definição de normativa para o uso de áreas úmidas visando o licenciamento no estado de MT; subsídios técnicos e científicos para a normatização da limpeza de campo devido à proliferação de lenhosas no Pantanal; avanços no processo de regionalização do Pantanal utilizando conceito de macrohabitats como ferramenta para a gestão ambiental a partir da realização de oficinas técnicas envolvendo instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais ligados ao meio ambiente; 2- a partir de pescado de espécies nativas do Pantanal foram obtidos produtos derivados, como: filé defumado, filé marinado, patê, quibe e hambúrguer. A elaboração destes produtos é tecnologicamente viável, com vida de prateleira e segurança semelhantes aos convencionais da aquicultura e pesca marinha; 3- Com relação à conservação de bovinos da raça pantaneira, houve melhoramento na produção in vitro de embriões, estudos visando a adequação da alimentação dos bovinos em regime de confinamento, tendo sido avaliados o potencial produtivo, a curva de lactação e a qualidade do leite das vacas pantaneiras; 4- Essa parceria viabilizou a formação de aproximadamente 4 doutores, 18 mestres e 28 graduados, além disso permitiu a produção de importantes publicações, sendo "Pantanal Legal" (ISBN 9788580092080) e "Marcos Referenciais para a Lei Federal do Pantanal e Gestão de Outras Áreas Úmidas" (ISBN 9788532706041), bem como a produção de outros materiais informativos; 5- A convite de governo de MT, o CPP ocupa cadeira no Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal, além de outros conselhos, contribuindo com a sua expertise para formulações de propostas visando o manejo e proteção de recursos naturais.

Categoria de Despesa	Saldo Anterior	Realizado	Diferença
Componente 1	8.869,46	7.471,71	1.397,75
Componente 2	7.263,02	4.770,00	2.493,02
Componente 3	13.840,70	5.451,51	8.389,19
Componente 4	179,39	0,00	179,39
Componente 5	19.664,05	1.340,00	18.324,05
Componente 6	5.334,05	3.997,54	1.336,51
Componente 7	19.421,75	11.406,05	8.015,70
Sub-Total	74.572,42	34.436,81	40.135,61
Rendimentos Líquidos Acumulados	85.406,05	74.013,00	11.393,05
Total	159.978,47	108.449,81	51.528,66

Nota explicativa: Tendo em vista problemas de ordem técnica na execução via Siconv, no âmbito do TP nº 13.0002.00/2012, devidamente registrados junto ao parceiro e o Ministério do Planejamento, que resultou na prorrogação da vigência da referida parceria para 30/03/2018, essa publicação visa apresentar a prestação de contas final do saldo no término da vigência do TP. A diferença apresentada refere-se ao saldo da parceria, cujo valor foi devolvido ao parceiro público em 30/04/2018.

Centro de Pesquisa do Pantanal. Rua Dois nº. 497 - Bairro Boa Esperança
Cep. 78.068-360 - Cuiabá-MT, fone/fax (65) 3627-1887
e-mail: gestão.cpp@gmail.com site www.cpppantanal.org.br

ROSENEIDE SOARES DE SOUZA.
Diretora Executiva

